

A anomia elétrica¹

Edvaldo Santana²

Semana passada conversei com um velho amigo. Nunca estive no “leme”, mas por uns 20 anos ficou ali, entre os dez ou vinte pensadores ou formuladores do setor elétrico brasileiro (SEB). Desconfiado, tem sempre questões prontas, não necessariamente correlatas.

Mostrou-me a revista especial do **Valor** de 30 de maio. A capa traz um homem a andar no cabo para-raios de uma linha de transmissão (LT). Ele carrega uma vara de equilíbrio. A dúvida: o equilibrista assumiria tal risco se soubesse que a resistência do cabo e da vara fora calculada por alguém do topo da hierarquia do SEB? O velho amigo, em tom ríspido, também não entendia a razão de a MP 1.300 ter recebido a Emenda 249, que quer assegurar aos amazonenses o acesso à “banda Ku”. Sim, tem essa pérola na MP.

Na travessia da corda-bamba ou, no caso, do cabo de uma LT, a vara de equilíbrio, por baixar o centro de gravidade, distribui melhor o peso e permite maior controle dos movimentos. Se o equilibrista pende para um lado, a vara, movida para o outro, facilita pequenas correções. É um dispositivo rústico, porém eficiente.

Há um desequilíbrio de toda ordem no SEB. São mais de 200 GW de usinas disponíveis (que é diferente da capacidade instalada), para uma demanda que, esta semana, em termos médios, não passará de 82 GW. Entre 10 h e 14 h, com o sol a pino, o excedente é maior que 120 GW, e em torno de 60 GW no período restante. Só de eólica, solar e geração distribuída (GD), a disponibilidade é 85 GW, e mais 98 GW de hidrelétricas (UHEs).

O excedente é tão absurdo que o operador do sistema passou a fazer cortes de geração (curtailment). Em abril, de 85 a 90% dos cortes foram explicados pelo excesso de oferta. Mas veja que resultado maluco: a bandeira tarifária vermelha foi acionada em junho, o que indica escassez, e, por causa disso, o uso de mais termelétricas (UTES), com o aumento da conta de luz. Léon Walras, que em 1870 consolidou o conceito de equilíbrio geral, e Alfred Marshall, que em 1890 desenvolveu os princípios do equilíbrio parcial, não conheceram o desequilíbrio que surge da anarquia de regras, que fortalece negócios ancorados em subsídios.

O desequilíbrio anárquico, modalidade exclusiva do SEB, é tão inexplicável que num mesmo dia, hora, minuto e segundo teremos excedentes, combinados com escassez. E o que é também grave, há muito tempo a confiabilidade da rede foi para o beleléu, apesar da sobreoferta. Isso requer leilões anuais de reserva de potência que, como a vara de equilíbrio, tenta evitar apagões nas horas mais críticas, sobretudo quando o sol desaparece e a demanda é maior.

Mas tenho uma péssima notícia: vai piorar. Dia 21 de maio o governo editou a MP 1.300,

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-anomia-eletrica.ghtml> Acessado em 10.06.2025

² Doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel.

que tem uma lógica muito simples: realoca os custos dos subsídios, hoje carregados pelos pequenos consumidores, abre o mercado livre para todos e reparte os custos dessa abertura inclusive com os grandes usuários. De quebra, o governo “fatura” com a gratuidade para o usuário de até 80 kWh - caso das famílias muito pobres.

Apesar da boa lógica da MP, fomos empurrados para um impiedoso lamaçal de 599 emendas. Mostro aqui os casos mais emblemáticos. Em 2024 você e eu pagamos cerca de R\$ 10 bilhões de subsídios à GD. Esse valor só não foi maior porque as distribuidoras (Ds) resistiram a um punhado de projetos que resultavam na inversão de fluxo de potência - quando a rede, em lugar de receber, passa a suprir eletricidade.

Não menos que 12 emendas exigem que as distribuidoras aprovelem os projetos da GD, “mesmo que impliquem inversão do fluxo de potência”. Essa inversão prejudica a confiabilidade. Para equacionar, a distribuidora terá que investir em reforços e novos equipamentos, com crescimento dos custos para os consumidores sem GD.

Desequilíbrio do sistema é tão inexplicável que é possível ter, ao mesmo tempo, excedente combinado com escassez

Por volta de 10 emendas levam a situações bizarras. Inventam uma estranha equação para a sobreoferta. A métrica tem base na geração da solar e da eólica, somada à geração mínima (e não à potencial) das UHEs, à produção das pequenas usinas e à geração inflexível das UTEs. Desaparece do cálculo a GD, com seus 45 GW, e, ao substituir a disponibilidade das UHEs pela geração mínima, esconde mais uns 40 GW. E há emendas que excluem da conta a solar e a eólica. São, assim, vergonhosas manipulações de cálculos elementares, para transferir renda de quem não tem para quem tem.

Passa de 40 o elenco de emendas que exigem a manutenção dos subsídios para quem já está no mercado livre; ou reivindicam que os custos da sobrecontratação sejam pagos somente por quem migrar a partir de 2026; e, com o uso de uma física de botequim, impedem que os custos das nucleares sejam de responsabilidade de todo mercado. Segundo o (falso) argumento, os consumidores industriais não usam da eletricidade de Angra 1 e 2.

Quem já está no mercado livre obteve um ganho, na média, de R\$ 140/MWh. O consumidor residencial, que só poderá migrar a partir de 2027, terá essa margem reduzida para R\$ 60/MWh, se tanto, pois assumirá os custos da sua própria migração. A diferença representa parte dos custos do desequilíbrio anárquico, aquele estranho arranjo de decisão do SEB.

E é um dos efeitos de uma estratégia espúria e constrangedora, onde os mais fortes se unem, com o uso do Legislativo, e massacram os mais fracos. Nesse arranjo, os mais ricos se articulam para repassar ineficiências para os mais pobres. É a consagração de uma anomia crônica, quando anarquia já dá sinais de incúria.

Pávidos colossos, esses lobbies silenciam em relação ao desequilíbrio anárquico, impulsionado pela varinha de condão das emendas mágicas, que lhes favorece, numa externalização criativa de despesas.

Quanto à “banda Ku”, orientei que meu amigo procurasse o autor da Emenda 249, que durante um tempo teve em suas mãos o “leme” do SEB.